

ÍNDICE

Nota do Autor.....	vii
Agradecimentos.....	ix
Prefácio	xi
Siglas	xiii
Introdução	1

PARTE I

1. Surgimento e evolução histórica do <i>habeas corpus</i>	7
1.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i>	7
1.1.1 Portugal.....	11
1.1.2 Angola.....	14
1.1.3 Brasil.....	15
1.2 Conceito e espécies de <i>habeas corpus</i>	23
1.2.1 <i>Habeas corpus</i> preventivo	25
1.2.2 <i>Habeas corpus</i> liberatório ou repressivo.....	28
1.3 <i>Habeas corpus</i> : um direito fundamental ou uma garantia do direito fundamental à liberdade?	29

1.4. Natureza jurídica e finalidade do <i>habeas corpus</i>	32
1.5 O carácter urgente do pedido de <i>habeas corpus</i>	35
2. Fundamentos constitucionais do <i>habeas corpus</i>	37
2.1 A garantia constitucional do <i>habeas corpus</i>	37
2.2 Princípios fundamentais: real garantia da liberdade individual dos cidadãos.....	39
2.2.1 Princípio do reconhecimento da dignidade da pessoa humana e dos direitos de personalidade.....	41
2.2.2 Princípio da legalidade	43
2.2.3 Princípio da justiça.....	44
2.2.4 Princípio da segurança jurídica	45
2.2.5 Princípio basilar do Estado Democrático e de Direito.....	46
2.2.6 Princípio da garantia do acesso ao direito e aos tribunais e da tutela jurisdicional efectiva	48
2.3 O <i>habeas corpus</i> na CRP e no CPP.....	49
3. O instituto do <i>habeas corpus</i> no ordenamento jurídico angolano (Código de 1929)	53
3.1 Prisão preventiva versus <i>habeas corpus</i>	53
3.2 Processamento judicial do <i>habeas corpus</i> . Pressupostos e fundamentos.....	55
3.2.1 Legitimidade do requerente.....	58
3.2.2 Tramitação do processo de <i>habeas corpus</i>	58
3.2.2.1 Requisitos da petição.....	59
3.2.2.2 Procedimentos posteriores à apresentação da petição ou requerimento	59
3.2.2.3 Possíveis respostas da entidade responsável pela prisão e suas implicações	60
3.2.2.4 Apresentação do processo na secção criminal do Tribunal Supremo e deliberação	62
3.3 Análise jurisprudencial do <i>habeas corpus</i>	66
3.3.1 Acórdão n.º 57/2010 de 29 de Abril da CCTS	66

3.3.2 Acórdão n.º 129/2011 de 10 de Novembro da 1.ª Secção da CCTS	70
3.4. Constrangimentos na aplicação judicial do <i>habeas corpus</i>	71
4. Estudo comparado do <i>habeas corpus</i> no ordenamento jurídico angolano e no português.....	87
4.1 A prisão preventiva no sistema jurídico português	87
4.2 Pressupostos e fundamentos, sua tramitação no ordenamento jurídico português	90
4.3 Análise jurisprudencial do <i>habeas corpus</i> no ordenamento jurídico português	93
4.3.1 Acórdão do STJ de 07-09-2006.....	93
4.3.2 Acórdão do STJ, Proc. 07P353 de 01-02-2007.....	94
4.4 Principais diferenças e semelhanças do <i>habeas corpus</i> entre os sistemas jurídicos português e o angolano	97

PARTE II

5. O instituto do <i>habeas corpus</i> no novo CPPA	101
5.1 Caracterização dogmática do instituto do <i>habeas corpus</i>	101
5.2 A detenção: conceito e finalidades.....	107
5.3 Medidas de coacção privativas e restritivas de liberdade.....	110
5.4 Competência para aplicação das medidas de coacção privativas e restritivas de liberdade	114
5.5 <i>Habeas corpus</i> em virtude de detenção ou prisão ilegal.....	116
5.6 <i>Habeas corpus</i> em virtude do incumprimento de prazos.....	118
5.7 Procedimento do <i>habeas corpus</i> em virtude de detenção ou prisão ilegal.....	122
5.8 Decisão do juiz.....	124
5.9 Responsabilidade disciplinar, civil e penal.....	130
5.10 Recurso	132
5.11 Reclamação da retenção ou do despacho que não admitir o recurso	134

6. Indemnização em virtude da prisão ou detenção ilegal ou injustificada da liberdade	137
6.1 Fundamento de Indemnização	137
6.2 Legitimidade e prazo para requerer a indemnização.....	140
6.3 Direito de regresso	141

PARTE III

Considerações finais	143
Conclusão	147

ANEXO

7. Do <i>habeas corpus</i>	149
Bibliografia.....	156